

A ARTICULAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE COM O ENSINO COMUM PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MARABÁ-PARÁ¹

Jaquiline Souza da Silva (Autora)

Graduanda do curso em Licenciatura em Pedagogia- turma 2012
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA

Claudiane dos Santos da Silva (Co-autora)

Graduanda do curso em Licenciatura em Pedagogia- turma 2012
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA

Vanja Elizabeth Sousa Costa Oliveira (Orientadora)

Professora Assistente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA. Mestre em Educação-Linha de Pesquisa- Políticas Públicas Educacionais. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas Educacionais – GEPPPE/FACED/UNIFESSPA

Resumo:

Este trabalho está investigando como vem sendo desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado-AEE, em duas Escolas Públicas Estaduais de Marabá-Pará. Levantando a seguinte problemática: a articulação do AEE com o ensino comum vem contribuindo para a inclusão com qualidade dos alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino médio? Para complementar a pesquisa foi realizada leitura de artigos como KASSAR (2014); MANTOAN (2015) e JESUS (2015). Utilizamos como metodologia a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados foram usadas observações e entrevistas semiestruturadas. Como resultados parciais da Pesquisa de Campo percebemos que a articulação do AEE com o ensino comum não vem sendo efetivada como deveria, pois, os profissionais que atuam nesse serviço de apoio além de serem em número reduzido, são itinerantes, e que há carência de formação para os professores da rede regular atuarem com competência com os alunos com deficiência no ensino comum.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado-AEE. Ensino Médio. Qualidade de Ensino.

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/96, a União, os Estados e os municípios foram designados a reorganizar seus sistemas de ensino com base nos princípios e pressupostos da educação inclusiva, assim a escola passou a ter diante de si o desafio não apenas de garantir o acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação² ao ensino regular, mais de possibilitar sua aprendizagem e permanência com qualidade de ensino nas etapas da educação básica e seu ingresso aos níveis mais elevados de ensino.

¹ Este trabalho é resultado dos estudos e pesquisas organizados a partir do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas Educacionais – GEPPPE – o que gerou meu Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, ainda em andamento.

² O Documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, passou a considerar como público alvo da educação especial os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, não usando mais o termo “necessidades educacionais especiais”.

Sabemos que a construção do sistema de ensino inclusivo no Brasil é amparada legalmente em princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade, equidade e diversidade. No entanto, muitas vezes, as práticas inclusivas se distanciam sobremaneira das proposições teóricas e legais. Dessa forma o presente trabalho busca investigar como vem sendo desenvolvido o AEE em duas escolas públicas estaduais de Marabá-Pará, tendo como objetivo específico analisar se a articulação do AEE com o ensino comum está garantindo serviços de apoio pedagógico para viabilizar a permanência e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial³ na rede regular de ensino médio do município de Marabá-Pará, especificamente nas duas escolas.

Uma vez que a implementação de propostas educacionais destinadas a esses alunos ganhou importância, todavia ainda são escassas as propostas pedagógicas que objetivem a escolarização com qualidade e que garanta sua aprendizagem na sala comum. Nesse contexto se insere a problemática proposta na pesquisa que é: a articulação do Atendimento Educacional Especializado-AEE com o ensino comum vem contribuindo para a inclusão com qualidade dos alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino médio do município de Marabá-Pará?

A importância da pesquisa está em mostrar a realidade inclusiva que esses alunos estão sujeitos, e se tal inclusão de fato contribui para sua participação com qualidade nos níveis básico de ensino, principalmente no ensino médio. Além de nos auxiliar a compreendermos a realidade que está posta nas instituições de ensino estaduais de Marabá, e como está a implementação das políticas de inclusão no município.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Jesus et al (2015) destaca que a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial, ainda se apresenta fortemente marcada por desigualdades escolares e que os processos de escolarização para tal público, muitas vezes, são atravessados por elementos produtores de desigualdade e de exclusão dentro da própria escola.

Meirieu 1998 (apud BAPTISTA 2015, p. 46), alerta para o quão excludente podem ser as práticas pedagógicas que consideram a aprendizagem como um processo consciente, de aquisição imediata e linear, o autor destaca que não se trata, por certo, de implementar um processo de ensino específico para cada deficiência, mas construir um ambiente de aprendizagem, onde todos os alunos

³ Embora a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 defina que os alunos da educação especial são pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, utilizarei ao longo deste texto a terminologia ‘público alvo da educação especial’ e ‘alunos com deficiência’ – terminologias usados também pelo mesmo documento- para me referir a esses educandos.

possam interagir e estabelecer trocas significativas a partir de diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo e de diferentes habilidades sociais e culturais.

Mantoan (2015), destaca que a garantia do acesso e da permanência de todos na escola comum é absolutamente necessária, mas insuficiente para que se efetive a educação inclusiva em nossas redes de ensino. O direito à diferença é determinante para que sejam cumpridas as exigências dessa educação, propiciando a participação dos alunos no processo escolar geral, conforme as capacidades de cada um.

Rossetto e Piovezani (2014) e Michels (2011), destacam que o trabalho do professor tem um importante papel na organização de uma prática pedagógica capaz de atender a todos. Assim é importante se desenvolver práticas de trabalho colaborativo e integrado entre os professores do ensino regular e os do Atendimento Educacional Especializado/AEE para que todos tenham uma educação de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES⁴

Na primeira categoria **articulação do atendimento educacional especializado-AEE** com o ensino comum, foi verificado que não há articulação devido ao profissional da sala de recursos atender alunos com deficiências em outras escolas ou instituição filantrópica, desenvolvendo assim seu trabalho de forma itinerante, ou por resistência por parte dos professores do ensino regular, por acreditarem que a articulação não é importante já que acreditam que esses alunos não têm capacidade de aprender. Sendo confirmado em tais falas: P2⁵ “*A articulação não acontece efetivamente, mas na medida do possível, porque ela (professora do AEE) tem carga horaria em outros locais também*”. A1 “*pra que esse menino vem pra escola, ele não aprende nada*”.

A falta de articulação se dá também pela estrutura organizacional dessa política nas escolas estaduais, sendo comentado tal fato por C “*e só 4 salas de recursos e são só quatro professores [...] para uma diversidade de professores que temos na rede estadual de várias disciplinas.*”

⁴ O resultado da pesquisa de campo foi agrupado em três categorias de análise (Articulação do atendimento educacional especializado-AEE, Aprendizagem dos alunos com deficiência e Qualidade de ensino dos alunos com deficiência) temas recorrentes nas falas das entrevistadas.

⁵ Utilizamos para manter o anonimato dos participantes da pesquisa as seguintes denominações: P (Professoras de Língua Portuguesa), A (Professoras das Salas de Recursos Multifuncionais), C (Coordenadora da Educação Especial do Estado).

A respeito da categoria **aprendizagem dos alunos com deficiência** percebemos o quanto ainda está enraizado nos professores a forma tradicional de ensinar, onde o currículo escolar deve ser seguido sem questionamentos, sendo moldado o que aluno deve aprender, já que os conteúdos são seguidos sem levar em consideração as dificuldades e o ritmo de aprendizagem de cada um, pois apesar das especificidades desses alunos pouco se faz para que a inclusão de fato se efetive em sua totalidade.

Sendo ainda evidente que há a concepção por parte dos professores do ensino regular que os alunos com deficiências possivelmente terão pouco ou nenhum aprendizado, e que estão no ensino comum apenas para se sociabilizar e conviver com os alunos “ditos normais” da mesma idade. Tal informações são evidenciadas nas falas de P1 “*as minhas meninas deficientes auditivas, elas copiam a língua portuguesa, [...] agora decodificar, essa incógnita fica em mim [...] imagino o menino com deficiência especial de visão tendo que analisar uma figura geométrica em matemática*”. E na fala de P2 “*porque eles sair do âmbito especial, não quer dizer que ele é aquele aluno que não faz nada*”.

Em relação a categoria **qualidade de ensino dos alunos com deficiência** percebemos que existe um descaso por parte dos professores do ensino comum em ensinar levando em consideração as especificidades desses alunos, tal fato ocorre devido tanto a ausência da articulação do AEE com a sala comum como pela falta de formação específica dos professores do ensino regular para atuar com esses alunos. Sendo isso colocado nas falas de P1 “*[...] se ele vem para a escola e eu não consigo avaliar ele igual ou aproximado do restante da turma [...] ele não atingiu o objetivo dele, ele foi na verdade excluído, por que não foi dado a ele possibilidade de ir além*”. E P3 “*eu faço meu planejamento antes, mas baseado mesmo, na maioria que são normais, ditos normais*”.

Nas falas de A1 são destacados três pontos importantes que interferem na qualidade de ensino desses alunos, que são a: adequação arquitetônica, verbas e falta de um professor intérprete. Segundo a mesma: *a adequação arquitetônica praticamente não acontece na escola [...] não se tem verba para fazê-la*. Ela ressalta a importância de haver um professor intérprete “*aqui na sala (sala de recursos) eu trabalho libras [...] fica inviável de ir no contra turno em todas as aulas pra poder transformar aquele conteúdo de português em libras, teria que ter um professor intérprete, pois aqui na sala eu atendo várias deficiências, como eu vou dar conta de atender esse aluno no contra turno todos os dias*”.

Esses temas também são recorrentes nas falas de A2, vemos então que essas questões são algumas das barreiras existentes para se efetivar um ensino de qualidade que considere as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.

Outro fator que implica na qualidade de ensino desses alunos, e a quantidade de sala de recursos multifuncionais-SRM que se encontram fechada devido à falta de um profissional especializado. Em entrevista com a coordenadora da educação especial do Estado, obtivemos uma lista que consta que há cinco SRM fechadas devido à falta de um professor lotado para atuar nas mesmas, ressaltando que uma foi objeto de estudo da pesquisa. Essa situação mostra o quanto a política de inclusão precisa ser implementada em nosso município e que há por parte do Estado descaso em relação ao concurso público para contratar profissionais especializados para atuar nas salas de recursos multifuncionais.

Devido a essa condição os professores atendem nas salas de recursos multifuncionais alunos de outros núcleos, dificultando que esses educandos tenham acesso a esse atendimento, já que a distância e a falta de transporte implicam na falta recorrente dos mesmos nas atividades desenvolvidas. O que é evidenciado na fala de C *“vamos ter que redistribuir o atendimento porque não tem professor [...] os surdos foram encaminhados para a sala da A2 e os baixa visão encaminhados pro CAP [...] estamos com algumas salas de recursos realmente sem professores”*.

CONCLUSÃO

Sabemos que a articulação do AEE com o ensino comum é apontado pelos documentos oficiais como algo imprescindível para o desenvolvimento de um ensino com qualidade para os alunos público alvo da educação especial, pois o AEE deve identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, cabendo ao profissional que desenvolve esse atendimento orientar os alunos e professores quanto a sua utilização no ensino regular.

Porém evidenciamos que não há articulação do AEE como ensino comum nas escolas pesquisadas da rede estadual. E que a mesma é entendida muitas vezes como um auxílio, onde o professor do ensino comum ao ter dúvidas, se dirige a sala de recursos multifuncional em busca de alternativas, e não como um trabalho de parceria entre o professor do AEE e o professor da sala comum, onde ambos em colaboração buscam propostas pedagógicas que sejam efetivas para aprendizagem desses alunos.

Infelizmente o AEE desenvolvido nas escolas estaduais pesquisadas não é adequado, pois apesar de haver esforços por parte dos professores desse atendimento em estarem adaptando alguns materiais, há inúmeras barreiras que impedem que esse atendimento seja de qualidade, desde salas de recursos multifuncionais fechadas devido há falta de um profissional, falta de preparo dos professores do ensino comum para ensinar e avaliar os alunos com deficiência de acordo com suas especificidades, até professores resistente a inclusão por acreditar que o simples fato desses alunos estarem inseridos no ensino comum, e ter contato com os alunos ditos “normais” é o bastante.

Inferimos que é imprescindível destacar a importância desse serviço, desde que a equipe escolar e o AEE atuem juntos, pois a inclusão é irreversível, sendo alicerçadas pelas políticas vigentes, portanto os Sistemas de Ensino tem o dever de oferecer um ensino de qualidade que desenvolva a aprendizagem e as potencialidades e habilidades desses alunos.

Constatamos que a falta de comprometimento dos órgãos estaduais com essa política pública, refletida através da falta de formação continuada adequada aos professores do ensino regular e a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis por acompanhar o processo de inclusão são uns dos grandes empecilhos para que a inclusão se efetive na atualidade.

REFERÊNCIAS:

BAPTISTA, Claudio Roberto. CORREIA, Gilvane Belem. SILVA, Carla Maciel da. **O Atendimento Educacional Especializado: uma análise de premissas organizadoras e de contextos de implementação.** Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.2, n.1, p. 43-54, Jan.-Jun., 2015.

JESUS, Denise Meyrelles de, et al. **Atendimento Educacional Especializado e Processos de Avaliação: o que dizem as narrativas dos professores?** Revista Cocar. Belém/Pará, Edição Especial, N.1, p. 11-36/ jan-jun 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Qualidade e inclusão no ensino médio – o que a diferença faz?** Diversa: Educação inclusiva na prática. Estratégias Pedagógicas para a educação física inclusiva. 015019. Data: Nov/2015.

MICHELS, Maria Helena. **O que há de novo na formação de professores para a educação especial?** Rev. Educ. Espec. Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 219-232, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>.

PIOVEZANI, Marcia Ionara. ROSSETTO, Elisabeth. **Escolarização e Inclusão.** Rev. Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 06, n. 11, p. 158-176, jan.-jun. 2014.